

Câmara aprova criação de 330 funções comissionadas para o STJ

21/08/2025

A Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 3.181/2025](#), do Superior Tribunal de Justiça, que cria 330 funções comissionadas de nível FC-6 (com remuneração de R\$ 3.663) para os gabinetes dos 33 ministros da corte. A proposta foi aprovada em Plenário nesta terça-feira (19/8) e será enviada ao Senado.

O relator, deputado Gabriel Nunes (PSD-BA), destacou que a medida valoriza o trabalho na atividade-fim do STJ. “Faz frente a um desafio concreto da corte: a crescente complexidade dos processos e a consequente necessidade de quadros qualificados e comprometidos com a excelência da prestação jurisdicional”, disse.

Gabriel Nunes afirmou que as funções comissionadas vão contribuir para evitar a rotatividade de pessoal qualificado, que costuma preferir unidades com menor carga de trabalho.

Na justificativa do projeto, o presidente do tribunal, ministro [Herman Benjamin](#), explicou que cada gabinete de ministro do STJ tem 38 servidores, dos quais 24 são servidores efetivos, sendo 22 ocupantes de funções comissionadas com valores de R\$ 1,4 mil a R\$ 2,6 mil.

Dessas funções atuais, oito serão remanejadas para outras áreas do tribunal, como os setores responsáveis pela distribuição de processos, julgamento colegiado e cumprimento de determinações judiciais.

A previsão de gastos com as novas funções é de R\$ 8,7 milhões em 2025 e R\$ 17,5 milhões de 2026 em diante, segundo os patamares atuais da remuneração. Os recursos necessários estão dentro do teto de despesas primárias do órgão. *Com informações da Agência Câmara.*



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-ago-21/camara-aprova-criacao-de-330-funcoes-comissionadas-para-o-stj-2/>